

Artigo 8º Código Penal Comentado: Pena cumprida no estrangeiro – Implicações jurídicas e aplicação no Brasil

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | agosto 7, 2024



O Artigo 8º do Código Penal brasileiro aborda uma questão crucial no âmbito do direito penal internacional: a pena cumprida no estrangeiro. Esse dispositivo legal visa evitar a dupla punição de um indivíduo pelo mesmo crime, respeitando o princípio do *ne bis in idem*.



A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas. Essa disposição reflete o compromisso do sistema jurídico brasileiro em reconhecer as sentenças penais estrangeiras e garantir um tratamento justo aos réus que já cumpriram pena em outro país.

A aplicação desse artigo tem implicações significativas no processo penal brasileiro, especialmente em casos de crimes transnacionais ou quando o acusado já foi julgado e condenado em outra jurisdição. Essa norma busca promover a cooperação jurídica internacional e evitar excessos punitivos.

Principais Pontos

- O Artigo 8º do Código Penal evita a dupla punição por um mesmo crime
- A pena cumprida no exterior é considerada na sentença brasileira
- Esse dispositivo promove a cooperação jurídica

Contexto Jurídico do Artigo 8º



O artigo 8º do Código Penal brasileiro aborda a questão da pena cumprida no estrangeiro e seus efeitos na jurisdição nacional. Essa disposição legal reflete importantes princípios do direito penal internacional e estabelece diretrizes para a aplicação da lei penal no espaço.

Aplicabilidade da Norma Penal no Espaço

A norma penal brasileira possui alcance além das fronteiras nacionais em determinadas situações. O artigo 8º complementa os dispositivos anteriores do Código Penal, que tratam da extraterritorialidade da lei penal brasileira.

Essa aplicabilidade estendida visa evitar a impunidade de crimes cometidos no exterior que tenham reflexos no Brasil. Ao

mesmo tempo, busca respeitar a soberania de outros países e evitar o bis in idem, ou seja, a dupla punição pelo mesmo fato.

O artigo estabelece dois cenários: quando as penas são idênticas e quando são diversas. No primeiro caso, a pena cumprida no exterior é computada integralmente. No segundo, ela atenua a pena imposta no Brasil.

Princípios de Direito Penal Internacional

O artigo 8º incorpora princípios fundamentais do direito penal internacional, como o ne bis in idem e o reconhecimento mútuo de decisões judiciais entre países.

O princípio ne bis in idem proíbe que uma pessoa seja julgada duas vezes pelo mesmo fato. Ao computar ou atenuar a pena cumprida no exterior, o Brasil reconhece a validade da punição aplicada por outro país.

Essa disposição também reflete o princípio da cooperação internacional em matéria penal. Ao considerar a pena cumprida no estrangeiro, o Brasil demonstra respeito às decisões judiciais de outros países e promove a colaboração entre sistemas jurídicos distintos.

A aplicação desses princípios busca garantir a justiça e a proporcionalidade na punição, evitando que o réu seja prejudicado por ter cometido um crime com reflexos internacionais.

Análise do Artigo 8º



O Artigo 8º do Código Penal brasileiro aborda a questão da pena cumprida no estrangeiro e suas implicações na justiça nacional. Ele estabelece mecanismos para evitar a dupla punição e promover a cooperação jurídica internacional.

Comentários sobre a Pena no Exterior

O princípio do “ne bis in idem” é fundamental na aplicação do [Artigo 8º](#). Ele proíbe que uma pessoa seja punida duas vezes pelo mesmo crime. Quando um indivíduo cumpre pena no exterior por um delito, essa punição é considerada no Brasil.

Se as penas forem idênticas, o tempo cumprido no estrangeiro é computado integralmente. Em casos de penas diferentes, a punição estrangeira serve como atenuante da pena brasileira.

Essa abordagem demonstra respeito às decisões judiciais de outros países e evita excessos punitivos.

Aspectos da Reciprocidade e Consequências Jurídicas

A aplicação do Artigo 8º promove a reciprocidade entre nações

no âmbito jurídico. Isso fortalece a cooperação internacional no combate ao crime e na execução de sentenças.

As consequências jurídicas são significativas. Um réu pode ter sua pena reduzida ou até mesmo extinta no Brasil, dependendo do tempo cumprido no exterior.

É importante ressaltar que o artigo se aplica apenas a crimes idênticos ou similares. Crimes diferentes não são considerados para este fim.

A interpretação deste artigo requer análise cuidadosa de cada caso, considerando as particularidades dos sistemas judiciais envolvidos.

Implicações no Processo Penal Brasileiro

O artigo 8º do Código Penal brasileiro estabelece diretrizes para o tratamento de penas cumpridas no exterior. Essa norma impacta diretamente a execução penal e pode gerar situações complexas no âmbito jurídico nacional.

Cômputo da Pena Externa na Execução Penal

O tempo de pena cumprido no estrangeiro é considerado na execução penal brasileira. Quando as penas são idênticas, o período é integralmente computado. Para penas diversas, aplica-se uma atenuação proporcional.

Esse cômputo afeta diretamente o cálculo de benefícios como progressão de regime e livramento condicional. O juiz da execução deve analisar cuidadosamente a documentação comprobatória do cumprimento no exterior.

A contagem do tempo externo pode influenciar também na prescrição da pretensão executória. É essencial que defensores e promotores estejam atentos a esses detalhes para garantir a

correta aplicação da lei.

Casos de Conflito de Normas e Jurisprudência Aplicável

Conflitos podem surgir quando há diferenças significativas entre as legislações penais envolvidas. Tribunais superiores têm se manifestado sobre essas questões, buscando harmonizar a aplicação do artigo 8º.

O Supremo Tribunal Federal já decidiu que o cômputo da pena externa deve respeitar os limites da pena máxima prevista no Brasil para o crime em questão. Essa interpretação visa evitar distorções no sistema penal nacional.

Em casos de extradição, acordos internacionais podem estabelecer regras específicas para o cômputo de penas. A jurisprudência tem reconhecido a validade desses acordos, desde que não violem princípios constitucionais brasileiros.

Perguntas Frequentes

O [artigo 8º do Código Penal Brasileiro](#) aborda questões complexas relacionadas às penas cumpridas no estrangeiro. Aspectos como reconhecimento, execução e consequências dessas penas geram dúvidas frequentes.

Quais são os critérios para o reconhecimento de uma pena cumprida no exterior segundo o Código Penal Brasileiro?

O Código Penal Brasileiro reconhece penas cumpridas no exterior para o mesmo crime. Quando as penas são idênticas, o tempo cumprido é computado integralmente. Para penas diversas, o período no exterior atenua a pena imposta no Brasil.

A autoridade judiciária brasileira analisa a sentença estrangeira, verificando sua legalidade e conformidade com a legislação nacional. O processo deve respeitar as garantias fundamentais do réu.

Como a legislação brasileira trata a execução de sentenças penais estrangeiras?

A execução de sentenças penais estrangeiras no Brasil requer homologação pelo Superior Tribunal de Justiça. O processo avalia a autenticidade da sentença e sua compatibilidade com a ordem pública brasileira.

Após a homologação, a sentença estrangeira tem eficácia no território nacional. O juízo de execução penal competente aplica a pena conforme a legislação brasileira.

Quais as consequências para o indivíduo que já cumpriu pena no estrangeiro e é posteriormente processado no Brasil pelo mesmo crime?

O indivíduo nessa situação se beneficia do princípio ne bis in idem. A pena cumprida no exterior é considerada para evitar dupla punição pelo mesmo fato.

Se as penas forem idênticas, o tempo cumprido é integralmente computado. Para penas diferentes, o período no exterior atenua a pena brasileira, reduzindo sua duração.

Qual é o procedimento para validar no Brasil uma pena imposta por tribunal estrangeiro?

O processo inicia com o pedido de homologação da sentença

estrangeira ao Superior Tribunal de Justiça. O requerente apresenta a sentença original e sua tradução juramentada.

O STJ analisa requisitos formais e materiais da decisão. Verifica-se a competência do tribunal estrangeiro e o respeito ao devido processo legal.

Em quais circunstâncias a pena cumprida no exterior é considerada para fins de reincidência ou para a progressão de regime no Brasil?

A pena cumprida no exterior é considerada para reincidência se a sentença for homologada no Brasil. Esse reconhecimento afeta o cálculo de prazos para benefícios penais.

Para progressão de regime, o tempo cumprido no exterior pode ser computado. O juiz da execução avalia cada caso, considerando a natureza da pena e as condições do cumprimento.

Existem tratados internacionais que influenciam o modo como as penas cumpridas no estrangeiro são reconhecidas pelo Código Penal Brasileiro?

Sim, o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais sobre cooperação jurídica. Esses acordos estabelecem procedimentos para o reconhecimento mútuo de sentenças penais.

Tratados bilaterais e multilaterais facilitam a transferência de pessoas condenadas. Eles promovem a reinserção social do apenado em seu país de origem.